
ARTIGO ORIGINAL

Percepção da DENEFONO sobre os impactos da conjuntura política brasileira (2016-2019) no SUS

Perception of the DENEFONO on the impacts of the conjuncture brazilian politics (2016-2019) in SUS

Natália Beatriz França de Lucena

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: nataliabeatriz@ufrn.edu.br

Rafaela Bezerra Façanha Correia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: rafafacanha@hotmail.com

Mauricio Wiering Pinto Telles

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: mauwiering@gmail.com

Resumo: o movimento social se constitui como forma de sensibilizar a sociedade sobre as opressões, sendo um espaço de construção de saberes. Um dos maiores envolvidos nos movimentos sociais são os estudantes, tornando o movimento estudantil um dos sujeitos políticos coletivos que sustentam bandeiras pela garantia dos direitos sociais da população. Diante disto, este estudo objetiva analisar a percepção do movimento estudantil organizado da Fonoaudiologia sobre os impactos da conjuntura política brasileira (2016-2018) para o SUS. Esta é uma pesquisa qualitativa, estudo de caso, cujo cenário é a Diretoria Executiva Nacional dos Estudantes de Fonoaudiologia (DENEFONO). A coleta de dados ocorreu nos dias 24 a 28 de julho de 2019, durante o Encontro Nacional Estudantes de Fonoaudiologia, em Recife/PE. Participaram 5 componentes da gestão 2018/2019 da DENEFONO. Os dados foram produzidos através da técnica do grupo focal e analisados utilizando a Análise de Conteúdo. Nos resultados, quatro categorias de análise foram elencadas: O papel da entidade que representa o estudante de fonoaudiologia no Brasil; Compreensão dos membros da DENEFONO sobre a conjuntura política do país no período 2016 a 2019; Posicionamento político da DENEFONO no período 2016-2019; e Impactos da conjuntura política 2016-2019 para a Fonoaudiologia e o SUS. Este estudo evidencia que os sujeitos participantes da DENEFONO expressam a necessidade de luta pelo SUS e contra o seu sucateamento. Entretanto, a atuação política da entidade ainda se encontra incipiente, com poucas deliberações e ações de caráter coletivo em defesa do SUS, da universidade pública e de uma sociedade mais justa.

Palavras chaves: Fonoaudiologia; Sistema Único de Saúde; Estudantes de Ciências da Saúde;

Abstract: The social movement is a way to sensitize society about oppression, being a space for the construction of knowledge. One of the biggest involved in social movements is students, making the student movement one of the collective political subjects who hold flags for the guarantee of the social rights of the population. Therefore, this study aims to analyze the perception of the organized student movement of Speech Therapy about the impacts of the Brazilian political conjuncture (2016-2018) for the SUS. This is a qualitative research, a case study, whose scenario is the National Executive Board of Speech-Language Pathology Students (DENEFONO). Data collection took place on July 24-28, 2019, during the National Meeting of Speech Therapy Students, in Recife/PE. Five components of DENEFONO's 2018/2019 management participated. The data were produced using the focus group technique and analyzed using Content Analysis. In the results, four categories of analysis were listed: The role of the entity that represents the student of speech therapy in Brazil; Understanding of DENEFONO members on the political situation in the country in the period 2016 to 2019; Political positioning of DENEFONO in the period 2016-2019; and Impacts of the political conjuncture 2016-2019 for Speech Therapy and the SUS. This study shows that the subjects participating in DENEFONO express the need to fight for the SUS and its scrapped. However, the political action of the entity is still incipient, with few deliberations and collective actions in defense of the SUS, the public university and a fairer society.

Key words: speech, Hearing and Language Sciences; Unified Health System; Students, Health Occupations

Recebido em: 18/04/2020

Aprovado em: 16/05/2020



INTRODUÇÃO

O movimento social se constitui como uma forma de sensibilizar a sociedade sobre as opressões sofridas, sendo um espaço de construção de saberes. É caracterizado por ações coletivas organizadas por demandas da sociedade e que, ao longo da história passaram por diferentes formas de comunicação e reivindicação de direitos. Esse modelo de organização ofereceu novas oportunidades dos jovens se inserirem como sujeitos sociopolíticos, já que estes foram historicamente excluídos de discussões (GOHN, 2014a).

Por consequência, um dos maiores envolvidos nos movimentos sociais são os estudantes. Esses sujeitos sociopolíticos tiveram suas forças firmadas antes da constituição de 1988, sendo um dos maiores denunciadores do sistema de opressão vigentes no Brasil no século XX. Ao longo do tempo, o movimento estudantil organizado incorporou diversos arranjos na forma de discussão e luta, introduzindo a tecnologia para facilitar a comunicação entre os atores, mas mantendo também as tradicionais passeatas, protestos em ruas, fóruns, assembleias e eventos. (GOHN, 2014b).

As lutas dos movimentos sociais podem ter várias vertentes como movimento negro, feminista, LGBT+, lutas de classes entre outras, sendo um dos maiores e mais evidentes no nosso país, o movimento estudantil. No histórico de organização de lutas do movimento estudantil brasileiro, observa-se que a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada no ano de 1937, e teve a sua primeira grande luta no ano de 1942, organizando juntamente com outros movimentos sociais uma frente contra o governo ditatorial de Getúlio Vargas. A UNE, no entanto, só conseguiu ser oficializada 1939 pelo decreto-lei nº 4080 (SANFELICE, 2015).

Desde a sua fundação, a UNE começou a participar de vários assuntos nacionais, como a campanha “O Petróleo é Nosso”, Campanha em Defesa da Escola Pública junto à Lei e Diretrizes das Bases da Educação Nacional, Campanha Contra Acordo Militares do Brasil com os Estados Unidos da América, além de lutarem contra o aumento dos preços e privilégios a empresas estrangeiras (SANFELICE, 2015).

Diante deste cenário, depreende-se que o movimento estudantil organizado é um dos sujeitos sociopolíticos que sustentam bandeiras pela garantia dos direitos sociais da população brasileira. Por isso, compreender os diferentes contextos de mobilização, e entender como as diferentes entidades que realizam a organização coletiva de estudantes, torna-se fundamental para identificar a sustentabilidade política que esses atores proporcionam às diferentes pautas sociais do país. Uma destas entidades que organizam as pautas coletivas na área da Fonoaudiologia é a Diretoria Executiva Nacional dos Estudantes de Fonoaudiologia (DENEFONO), objeto deste estudo.

Poucos são os estudos que analisam o papel das diretorias estudantis dos cursos de graduação. Na Fonoaudiologia isso não é diferente, já que nenhum estudo que tivesse a DENEFONO como objeto ou

cenário de pesquisa foi encontrado em revisão bibliográfica. Em pesquisa em blogs e redes sociais, a única informação encontrada sobre esta entidade é que a mesma foi fundada em 02 de outubro de 2004, no Conselho de Entidades de Bases Estudantis de Fonoaudiologia (CONEFON) realizado em Salvador – BA (DENEFONO, 2017).

A relevância de pesquisar as ações e dos movimentos estudantis da área da saúde ocorre porque estes, na década de 80, compuseram o movimento pela Reforma Sanitária Brasileira (RSB) (SILVA; PAIM; SCHRAIBER, 2014). Diante de uma conjuntura política na qual se debatia o combate à ditadura e se defendia a democratização do Estado e da sociedade, o movimento pela RSB pautava a saúde como direito de todos os cidadãos e dever do Estado, a partir de uma concepção ampliada de saúde, conquistando em 1988 a criação do Sistema único de Saúde (SILVA; PAIM; SCHRAIBER, 2014).

Passados 30 anos da implementação do SUS, ocorrida em 1990 através das leis 8080/90 (BRASIL, 1990) e 8146/90, ainda são muitos os desafios encontrados para o seu pleno funcionamento. Esses desafios perpassam, sobretudo, os interesses econômicos junto com financiamentos ligados a planos de saúde, empresas publicidade e indústrias farmacêuticas (PAIM, 2018).

Outrossim, o problema do subfinanciamento ainda é um grande nó do sistema de saúde, enfrentado desde a sua implementação. Com os recursos do SUS diminuídos, os problemas enfrentados na manutenção da rede de serviços e remuneração dos trabalhadores se evidenciam. Este subfinanciamento se agrava quando, no ano de 2016, é aprovada a EC-95/2016, que acarretará no congelamento do orçamento da saúde durante vinte anos (PAIM, 2018).

Diante do exposto e partindo do pressuposto de que o movimento estudantil tem como um de seus princípios a luta por direitos sociais e políticos (GHON, 2014a), inclusive na área da saúde, este estudo se propõe a analisar a percepção do movimento estudantil organizado da Fonoaudiologia, representado pela DENEFONO, sobre os impactos da conjuntura política brasileira (2016-2018) para o SUS.

MATERIAL E MÉTODO

Este é um estudo qualitativo, do tipo estudo de caso, cujo cenário é a entidade representativa sem fins lucrativos Diretoria Executiva Nacional dos Estudantes de Fonoaudiologia (DENEFONO) que tem como objetivo central de representar os estudantes de Fonoaudiologia de todo o Brasil, promovendo discussões sobre a política nacional, temas de interesse estudantil e sobre o futuro da profissão (DENEFONO, 2017).

Para a coleta de dados, inicialmente, houve o contato prévio com os participantes através do correio eletrônico e a confirmação de participação foi realizada em cinco dias antes da entrevista. Esta ocorreu nos dias 24 a 28 de julho de 2019, durante o Encontro Nacional dos Estudantes de Fonoaudiologia (ENEFON), em

Recife – PE, na Universidade Federal do Pernambuco (UFPE).

Participaram da pesquisa cinco estudantes de graduação do curso de Fonoaudiologia, membros da DENEFONO na gestão 2018/2019. Foram excluídos aqueles que mesmo após confirmação via correio eletrônico não compareceram ao momento da entrevista.

Os dados foram produzidos através da realização da técnica do grupo focal (BACKES; COLOMÉ; ERDMANN, 2011). Para guiar o grupo focal, a autora assumiu o papel de mediadora e teve a colaboração de uma voluntária. Esta fez o papel de observadora com a função de anotar os acontecimentos de maior interesse para a pesquisa, como as atitudes e gestos dos entrevistados. A voluntária foi treinada antecipadamente pela pesquisadora para tais atividades.

O grupo focal foi conduzido com o apoio de um roteiro pré-elaborado para nortear as discussões sobre o tema da pesquisa. Posteriormente, os dados foram analisados utilizando o método de Análise de Conteúdo, que compõe um conjunto de técnicas de análise das comunicações, utilizando-se procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Este tipo de análise é realizado através de algumas fases, que se organizam em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977).

Para garantir o anonimato dos participantes, estes foram identificados pela letra S, seguido do número ordinal que corresponde à ordem das entrevistas (S1, S2...S5).

Considerando a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, este estudo foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) recebendo parecer favorável à sua execução, sob o registro de número 3.361.271.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da realização do grupo focal, foi possível obter dados que expressam o entendimento de membros da DENEFONO sobre a conjuntura política brasileira e seu impacto no SUS. A partir disso, quatro categorias de análise foram identificadas: 1. O papel da entidade que representa o estudante de fonoaudiologia no Brasil; 2. Compreensão dos membros da DENEFONO sobre a conjuntura política do país no período 2016 a 2019; 3. Posicionamento político da DENEFONO no período 2016-2019; 4. Impactos da conjuntura política 2016-2019 para a Fonoaudiologia e o SUS.

O papel da entidade que representa o estudante de fonoaudiologia

As entidades representativas possuem um papel relevante na luta e elaboração de políticas públicas, configurando-se como um dos principais canais para participação, produção e disseminação destas (MÜLLER, 2014). A representação estudantil, neste

sentido, se caracteriza como uma organização responsável por realizar debates e construções coletivas que manifestem os anseios dos estudantes, não só no âmbito educacional, mas em todas as esferas sociais que atinjam essa população, tais como segurança pública, saúde, cultura, esporte dentre outras. (SANFELICE, 2015; BRENNER, 2014).

Na educação superior, um dos principais eixos de atuação da representação estudantil está no estímulo da luta contra o sucateamento das universidades públicas e do aumento das mensalidades das universidades privadas (SANFELICE, 2015). Nesta pesquisa, quando questionado sobre o seu papel enquanto entidade representativa, os participantes da DENEFONO relataram que compreendem o papel principal da entidade é de representar os estudantes em nível nacional, como pode ser exemplificado pelo trecho:

Promover a união dos estudantes e defender a bandeira dos estudantes, os direitos dos estudantes. Também, é claro, os deveres, sempre mostrar os deveres para gente. O que o estudante tem que fazer até para poder lutar pelos seus direitos (S1, 2019).

Adicionalmente, a DENEFONO, segundo os sujeitos da pesquisa, possui o papel de sensibilizar os acadêmicos quanto aos direitos, deveres e consolidar a união, firmar parcerias com os Centros Acadêmicos (C.A.) e Diretórios Acadêmicos (D.A.).

Apresenta-se ainda, enquanto papel da entidade, mostrar à sociedade sobre as necessidades da classe dos estudantes, e os interesses para a fonoaudiologia enquanto profissão, a partir de uma luta no âmbito acadêmico, científico e social:

Entendo que o papel primordial da DENEFONO quanto instituição que representa os estudantes, é mostrar para a sociedade as necessidades dessa classe, os interesses, o que a gente quer para a fonoaudiologia, o que a gente luta, seja no âmbito acadêmico, científico, social (S4, 2019).

Neste trecho, portanto, percebe-se a intencionalidade dos estudantes em agregar a luta com outros sujeitos sociopolíticos, como é o caso do sindicato, para buscar conquistas sociais para os profissionais fonoaudiólogos. Ademais, torna-se relevante ressaltar que, as entidades sindicais, além de pautar os direitos dos profissionais de uma determinada classe que estão na mesma atividade na esfera social, possuem também o papel de representação nas esferas judiciais e empresariais, o que foge à competência do movimento estudantil (OLIVEIRA, 2017).

Compreensão dos membros da DENEFONO sobre a conjuntura política do país no período 2016 a 2019

Na conjuntura política 2016-2019, marcos importantes podem ser destacados nas áreas de

educação, saúde, meio ambiente, segurança, bem-estar e na macropolítica brasileira. O principal fato relacionado à macropolítica do país está no processo de *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, analisado como um golpe institucional por pesquisadores (LEITE; COSTA, 2018). Este fato também foi apresentado por um dos sujeitos da pesquisa:

No meu ponto de vista o que aconteceu: houve uma influência grande da mídia e essa influência foi exatamente pelos interesses econômicos, interesse da classe burguesa. Quando surgiu o *impeachment* da presidente Dilma, na época, estava numa crise econômica, mas foi utilizado para a derrubada do governo. Ela foi eleita legitimamente pelo voto popular, pelo voto do povo. E um grupo de Deputados, um grupo extremista, que foi às ruas, não têm o direito de tirar uma presidente que foi legitimamente eleita. (S3,2019)

Acrescenta-se ainda:

[...] A lava jato, na minha opinião, foi uma operação totalmente política. Tentaram derrubar o presidente pela lava jato e não conseguiu, não acharam provas. A ex presidente foi inocentada. Não conseguiu governar, desestabilizou, continuou a briga de poderes, essa briga de partidos [...] (S3, 2019).

Os sujeitos da pesquisa abordaram também acontecimentos na política brasileira durante o governo Temer, destacando, principalmente, a implementação da Emenda Constitucional 95, que objetiva implantar um teto de gastos. Este teto de gastos, segundo membros da entidade, cria barreiras no investimento em áreas sociais tais como saúde, educação e assistência social.

Surge a EC - 95 que vai começar a afetar diretamente o teto de gastos. Sabemos que a população sempre tende a crescer e a surgir novos problemas. Tanto que não podemos dar um limite de gastos, quando sabe-se que a população pode dobrar, pode precisar de tratamento, equipamentos e vestimentas. Não é só na saúde e educação que deve ser tratados como prioridade. A gente tem uma riqueza, nossa própria, que precisa ter investimentos para as pessoas. Quando tem o petróleo, temos uma riqueza que pode ser transformado em recurso para a população. Como tornar o Sistema Único de Saúde, o sistema que a gente quer (S3,2019).

No grupo focal, um dos sujeitos da pesquisa apresentou na discussão que os acontecimentos políticos deste período foram consequências ocorridas desde a mudança do plano real, que colaborou com as corrupções durante todos esses anos e que desencadeou atitudes de revolta da população.

Outra temática que surgiu no grupo focal foi sobre os protestos que houveram no período estudado em defesa dos interesses da população, como a luta pela revogação do aumento das passagens dos ônibus coletivos em alguns municípios do país, bem como pela anticorrupção e em prol da educação e saúde. No entanto, os sujeitos da pesquisa manifestaram que os protestos de 2013 foram utilizados por pessoas que vislumbravam ser candidatos em eleições futuras, principalmente as presidenciais.

Na literatura, encontramos que no ano de 2013, as lutas por 'alguns centavos' foram, na verdade, extrapoladas para que fossem realizadas modificações políticas no país, sobretudo na pauta relacionada à democratização de direitos (MENDONÇA et al., 2019; MELO; VAZ, 2018). Contudo, o foco inicial dos protestos foram minados e, por consequência, tornaram-se a origem dos protestos de 2015 e 2016, que culminaram no impedimento de Dilma Rousseff.

Adicionalmente, no grupo focal também foi levantado que todos os acontecimentos presentes na conjuntura tiveram grande influência da manipulação de informações da mídia e, também, fizeram com que grupos sociais, inclusive, manifestassem o desejo da volta da ditadura militar e de diminuir o conhecimento produzido dentro das universidades.

[...] Alguns grupos querem a volta dos militares e querem colocar os militares na universidade. Querem fechar isso aqui de alguma forma, que isso aqui é o nosso conhecimento, há essa essa possibilidade de querer fechar as portas. Sabemos que esse argumento de que o país vai mal, que o país está na crise, não justifica esses cortes imensos na educação pública. E usaram imagens fakes da Universidade. Transmitiu para o mundo que a universidade pública brasileira serve para os estudantes dançarem pelado, os estudantes fazerem sexo, para o estudante fumar maconha. Os estudantes usaram cocaína. Tudo isso é preocupante (S3,2019).

Posicionamento político da DENEFONO no período 2016-2019

A DENEFONO estava sem gestão, enquanto representação estudantil, até o ano de 2015. Suas atividades foram retomadas novamente no momento que estava ocorrendo as manifestações nas ruas do país, com protestos em diferentes localidades, decorrente da crise política. No entanto, os estudantes que reativaram as atividades da DENEFONO possuíam pouca experiência no movimento estudantil, e não tinham nenhuma relação

orgânica com outro movimento social. Por isso, a entidade não participou das lutas do ano de 2013.

No movimento estudantil em geral, levando em consideração os corredos na conjuntura política, a ocupação nas escolas públicas e das universidades federais foram um dos maiores marcos de resistência no período. O acontecido deu-se início em alguns estados no ano de 2015 e passou a ser uma manifestação em território nacional no ano seguinte por jovens secundaristas e universitários que lutavam por direitos nos campos políticos, sociais e econômicos (BOUTINI; FLACHI, 2017; COSTA; GROppo, 2018).

Atualmente, a DENEFONO tem mantido suas atividades, com realização de eventos como o Encontro Nacional de Estudantes de Fonoaudiologia (ENEFON) e o Conselho Nacional dos Estudantes de Fonoaudiologia (CONEFON). Os participantes da pesquisa ressaltam que o papel da entidade tem sido de unir, mobilizar e lutar, mostrando a importância do movimento estudantil, enquanto estudantes e futuros profissionais. Os sujeitos da pesquisa não deixam claro quais os posicionamentos da entidade durante os períodos de 2016 a 2019, apesar de apresentarem a reflexão da necessidade de estarem mobilizados e de serem articulados:

[...] Então, assim acho que está faltando os estudantes da nossa classe realmente, acordarem. O Brasil acordou e continua na luta. Está difícil, como o A. falou dos impostos, é muito fácil criticar, mas é muito mais difícil lutar e ninguém está disposto a isso (S4,2019).

Eu acho que a DENEFONO devia abraçar algumas causas. Ver as bandeiras da DENEFONO nas atividades pelo Brasil, principalmente quando a gente começa a ser atacado. Quando a educação e a saúde começam a perderem investimentos e não são tratados da forma que deveriam ser tratados (S3,2019).

A gente precisa se apropriar da nossa luta, para poder entender, sentar, dialogar e tentar chegar em um consenso para poder lutar. E para a gente ter uma só voz, porque a DENEFONO precisa ter uma só voz, a gente não pode pregar coisas diferentes, precisamos de um diálogo para que haja união para lutar e tentar diminuir essa segregação que existe. Começando de baixo, começando dos estudantes mesmo, da nossa classe (S1,2019).

Impactos da conjuntura política 2016-2019 para a Fonoaudiologia e o SUS

Na discussão com os membros da DENEFONO, percebe-se que estes possuem a visão de que a

consequência das questões macropolíticas para o sistema público de saúde é o sucateamento do SUS e o descaso com os profissionais de saúde. A consequência desses cortes atinge a fonoaudiologia, provocando uma cobertura limitada do acesso aos serviços desta área e, além disso, reduzindo a inserção do fonoaudiólogo ao sistema de saúde, como aponta estudos (VIEGAS et al, 2018; SANTOS et al, 2017; SOUSA et al, 2017). Ademais, a falta da mobilização entre estes profissionais e a desinformação dos gestores sobre as competências do fonoaudiólogo no SUS dificulta a inserção do profissional:

E é muito preocupante também para nós estudantes, para o SUS, para os usuários e para novos profissionais que já estamos sendo afetados, por diversas dessas medidas (S3,2019).

Quando a gente parte para a fonoaudiologia, a gente sabe que tem uma conjuntura fraca, em relação a nossa inserção dentro do SUS. Ao mesmo tempo a gente tem que brigar pelo SUS, porque estamos utilizando diariamente e a população também utiliza. Então, temos que ter um posicionamento maior e mais rígido em frente a fonoaudiologia no SUS e ao mesmo tempo defender esse SUS (S5,2019).

A principal ação na macropolítica econômica que atacou o financiamento do SUS nessa conjuntura foi a Emenda Constitucional 95, que criou um grande obstáculo na garantia do direito à saúde no Brasil. Quando se congela os gastos nos valores de 2016 por 20 anos, parte do pressuposto que os recursos públicos existentes na saúde já são adequados e que há a garantia do acesso para toda a população, o que não é verdadeiro (VIEIRA; BENEVIDES, 2016; ROSSI; DWECK, 2016; FRANCO, 2017).

Segundo participantes da pesquisa, a luta pela saúde deveria ultrapassar os limites do sistema público, atingindo também o sistema privado de saúde, junto à melhora dos salários e condições de trabalho:

[...] Quem perde sempre são as minorias e há uma desvalorização geral da fonoaudiologia na saúde. E quando você corta, ao invés de investir isso não muda, isso se agrava. Se você tende a tirar mais do SUS, investir menos no SUS você vai ter menos profissionais nessa área. E quem vai perder vai ser a população mais pobre (S1,2019).

Sobre a iniciativa privada e a fonoaudiologia sempre vai e acontece o seguinte: não é investido porque não querem, porque não valorizam a profissão. E por que não valorizam? Porque não existe atos mobilizados, porque o mesmo erro que a gente

vivência na DENEFONO, a gente vivência nos sindicatos. Porque é uma classe muito elitista e acaba que muita gente se divide politicamente (S3,2019).

A partir dos trechos apresentados percebe-se, então, que há uma preocupação dos estudantes no que concerne à inserção do fonoaudiólogo no mercado de trabalho, seja no âmbito público ou privado. Neste âmbito, inclusive, tecem uma crítica à própria organização política dos sujeitos sociopolíticos, sejam estudantis ou sindicais, para a consolidação da profissão no sistema de saúde.

CONCLUSÕES

A DENEFONO tem, na atualidade, assumido o papel de representar os estudantes de fonoaudiologia no contexto nacional. Contudo, o que se percebe nesta pesquisa é que a entidade ainda não possui uma organicidade que favoreça o desenvolvimento e aprovação de resoluções que represente o seu posicionamento enquanto sujeito sociopolítico.

Outrossim, o que pode ser depreendido desta pesquisa é que os estudantes da Diretoria enxergam o papel da entidade ainda muito voltado ao campo da fonoaudiologia, ficando ausente qualquer menção à organização com outras entidades estudantis nacionais, como é o caso da UNE. Tais entidades, de certa forma, aglutinam pautas e defendem os direitos dos estudantes em instâncias decisórias nacionais. Este cenário pode estar relacionado com o pouco tempo de reativação da DENEFONO que, segundo os estudantes, se deu no ano de 2015.

Este estudo pôde evidenciar que os sujeitos participantes da DENEFONO expressam a necessidade de luta pelo SUS e contra o seu sucateamento que tem como consequência a desvalorização dos profissionais, sobretudo fonoaudiólogos. Entretanto, a atuação política desta entidade de representação estudantil ainda se encontra incipiente, com poucas deliberações e ações de caráter coletivo em defesa do SUS, da universidade pública e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, ressalta-se que novos estudos que contemplem a atuação do movimento estudantil no que concerne às pautas reivindicatórias relativas ao SUS devem ser realizados, para que seja analisado o papel deste sujeitos sociopolíticos na consolidação deste sistema. Estes estudos podem subsidiar, inclusive, reflexões e novas perspectivas de ação nas entidades de representação dos estudantes, como é o caso da DENEFONO.

REFERÊNCIAS

BACKES, D.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 4, n. 34, p.438-442, 2011.

BOUTINI, A. C. B. D.; FLACHI, S. F. Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de luta

Rev. Bra. Edu. Saúde, v. 10, n.2, p. 35-41, jul-set, 2020.

na atualidade. **Educação em Perspectiva**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 215-231, 24 set. 2017. Departamento de Educação UFV. <http://dx.doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i2.882>.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990.

BRENNER, A. K. Experiência militante e repercussões em outras esferas da vida: jovens engajados em partidos políticos. **Revista Nupem**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, jan./jun. 2014.

COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (Orgs.). **Movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018. 328 p.

DENEFONO. **Estatuto da Diretoria Nacional dos Estudantes de Fonoaudiologia**. 2. ed. João Pessoa, 2017. 13p.

FRANCO, A. P. et al. Através da janela: o signo do golpe no primeiro turno de votação da pec 55. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando, 2017, p. 191-212.

GOHN, M. G. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2014a. 128 p. 46 v.

GOHN, M. G. Parte I: Redes de mobilizações no Brasil contemporâneo. In: GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014b. Cap. 1. p. 21-32.

LEITE, J. F.; COSTA, F. A. Mensagem da ABPP: conjuntura política e a importância de reflexões psicopolíticas. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 437-440, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X201800030001&lng=pt&nrm=iso> acessos em 30 out. 2019.

MELO, C. T. V.; VAZ, P. R. G. E a corrupção coube em 20 centavos. **Galáxia**, n. 39, p. 23-38, dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-255434843>.

MENDONÇA, R. F. et al. Protestos como “Acontecimentos”: as lutas simbólicas nas manifestações de 2013 no Brasil e na Turquia. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 27, n. 69, set./2019.

MÜLLER, A. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. **Dimensões**, v. 32, n. 1, p.128-147, 2014.

OLIVEIRA, G. D. A atuação dos sindicatos no Brasil e as funções que exercem. **Revista do Cepej**, Salvador, v. 20, p.269-300, jul/dez 2017.

PAIM, J. S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 23, n. 6, p.1723-1728, jun. 2018.

ROSSI, P.; DWECK, E. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, [s.l.], v. 32, n. 12, p. 1-5, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00194316>

SANFELICE, J. L. A une na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil-militar. **Revista Simbio - Logias**, São Paulo, v. 8, n. 11, p.127-143, dez. 2015.

SANTOS, J. A. P.; ARCE, V. A. R.; MAGNO, L. D.; FERRITE, S. Oferta da Fonoaudiologia na rede pública municipal de saúde nas capitais do Nordeste do Brasil. **Audiology - Communication Research**, [s.l.], v. 22, p. 1-8, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6431-2015-1665>

SILVA, L. M. V.; PAIM, J. S.; SCHRAIBER, L. B. O que é Saúde Coletiva. In: PAIM, J. S.; ALMEIDA

F. N. **Saúde Coletiva**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: Medbook, 2014. Cap. 1. p. 03-12.

SOUSA, M. F. S.; NASCIMENTO, C. M. B.; SOUSA, F. O. S.; LIMA, M. L. L. T.; SILVA, V. L.; RODRIGUES, M. Evolução da oferta de fonoaudiólogos no SUS e na atenção primária à saúde, no Brasil. **Revista Cefac**, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 213-220, mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0216201719215816>

VIEGAS, L. H. T.; MEIRA, T. C.; SANTOS, B. S.; MISE, Y. F.; ARCE, V. A. R.; FERRITE, S. Speech, Language and Hearing services in Primary Health Care in Brazil: an analysis of provision and an estimate of shortage, 2005-2015. : an analysis of provision and an estimate of shortage, 2005-2015. **Revista Cefac**, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 353-362, maio 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-021620182031918>

VIEIRA, F. S.; BENEVIDES, R. P. S. **Os impactos do novo regime fiscal para o financiamento do sistema único de saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil**. Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA), Brasília, v. 01, n. 28, set. 2016.